

**PODEMOS MAIS MUNICIPALÁRIOS** é um grupo de servidores municipais, lotados em diversas secretarias e Departamentos da PMPA, identificados com o processo de construção do Sindicato dos Municipários, desde sua fundação e na retomada que ocorreu em 2006 e que no último processo eleitoral participaram da Chapa 2 - **“MUNICIPÁRIOS NAS RUAS PRO SIMPA AVANÇAR MAIS”**

### **CONGRESSO DO SINDICATO DOS MUNICIPALÁRIOS DE PORTO ALEGRE – 2015**

O Congresso dos Municipários de Porto Alegre tem o desafio de debater e organizar sua luta a partir da construção das reivindicações da base. O cenário político nacional nos fará aprofundar o debate político e apontar caminhos que enfrente a crise política institucional e a crise econômica. A busca de unidade e a solidariedade com os demais trabalhadores, para que conjuntamente possamos avançar em direitos e, impeça o avanço dos projetos reacionários e neoliberais.

O Congresso amplo e com eleição na base é um exemplo de como os trabalhadores devem planejar a organização de suas lutas. A democracia exercitada a partir dos locais de trabalho. Isto proporciona o envolvimento do conjunto dos municipários a debater e apresentar propostas para melhorar o Sindicato e a mobilização da categoria.

O Podemos mais Municipário apresenta esta contribuição com a intenção de alavancar e avançar a organização por local de trabalho. No balanço, consideramos que a eleição do Comando de Greve foi um momento de exercício da democracia, que ampliou a participação da categoria na tomada de decisões.

### **I - DA CONJUNTURA**

Atualmente o Brasil tem sido marcado pela combinação de uma crise que detém duas dimensões principais. Uma dimensão política, que se caracteriza pela total corrosão da maioria governista no Congresso Nacional, a ascensão de Eduardo Cunha e sua agenda ultraconservadora, a contraofensiva da direita – que passou a ocupar as ruas nos primeiros meses do ano exigindo o impeachment de Dilma e o aprofundamento da crise envolvendo a Petrobras e diversos políticos do PT, PP e PMDB. E uma dimensão econômica, que se expressa no famigerado ajuste fiscal de Dilma e Levy: as MPs que retiram direitos dos trabalhadores, o PL da terceirização, o corte de quase R\$ 70 bilhões do orçamento público, o novo pacote de privatizações, os sucessivos aumentos das taxas de juros e os sinais de recessão, a divulgação do PIB negativo no primeiro trimestre de 2015.

Este quadro de crise política e econômica transformou-se em um lugar comum pela permanência em que se arrasta essa situação. A vitória apertada e difícil no 2º turno foi alcançada pela derradeira polarização entre projetos e com a candidata Dilma assumindo claramente que o modelo seguiria ditado pela geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social. Eleito, o governo apontou para outro rumo. Os neoliberais: Joaquim Levy na Fazenda e Tombini no Banco Central assumiram o discurso e a prática dos adversários sem que isso significasse qualquer garantia de apaziguar o ódio e a oposição das elites. O receituário tucano passa a ocupar a cena. Ajuste Fiscal, Austeridade, Redução de Investimento, Cortes, Redução de Direitos começam a fazer parte do cenário, logo traduzido no corte orçamentário de 70 bilhões e a taxa SELIC a 14,25%.

Essa política é suicida, pois não aplaca a ira da oposição e está corroendo a relação com a base social que sustentou os últimos três mandatos. De outro lado, o País mantém um sistema eleitoral dominado pelo poder econômico e assentado no monopólio midiático que controla a informação no país, gerando preconceito, intolerância no comportamento de setores significativos da sociedade. Uma prova disso é a Reforma Eleitoral, recentemente editada que exclui dos debates e reduz tempo de televisão de partidos que não tenham 09 (nove) parlamentares federais, Isto é um ataque a democracia e Dilma concordou com tudo ao sancionar esta Lei.

No RS o governo Sartori após mais de meio ano sem iniciativa, usa a tática do terror, de terra arrasada para impor uma política reacionária e privatista. Está parcelando e atrasando salários no âmbito do Executivo, Como saída apresenta um tarifaço no ICMS que atingirá principalmente os de menor renda, os trabalhadores e o povo e atacou a previdência dos servidores, instituindo a aposentadoria complementar.

A primeira etapa do pacote Sartori na Assembleia ocorreu de forma singular e surpreendente. Como resposta aos movimentos grevistas, que no dia 15/9 impediram o acesso a Assembleia, simplesmente, fechou o acesso público ao parlamento gaúcho. A legitimidade, dada pelo caráter público do processo legislativo foi quebrada de forma inaceitável pela presidência da Assembleia Legislativa, com a alegação de falta de segurança. Como método o presidente da Assembleia e o Sartori utilizaram da violência, em que prenderam três professores sindicalistas do estado, mostrando sua cara ditatorial.

Consideramos que diante da crise política, o governo Dilma com um índice baixíssimo de popularidade, porque fez uma fraude eleitoral, assumindo o programa de seu adversário Aécio Neves e, com uma maioria de parlamentares do congresso suspeito de ter recebido dinheiro das empreiteiras da Operação Lava Jato, é necessário que haja uma nova Constituinte, com eleições gerais com regras democráticas nos debates e no processo eleitoral.

Consideramos importante a mobilização em torno de exigir uma auditoria da dívida pública, pois esta consumindo quase 50% do PIB. Este dinheiro tem o destino dos banqueiros e dos ricos. Também devemos apoiar a proposta que o PSOL e a ex-deputada Luciana Genro defendem de taxação das grandes fortunas, com isto aumentamos arrecadação e diminuimos a carga tributária dos assalariados.

No Rio Grande do Sul é importante apoiar a iniciativa do Deputado Pedro Ruas do PSOL que formou uma Frente Parlamentar pela Suspensão e Auditoria da Dívida do Estado. Não é admissível que os servidores públicos, trabalhadores em educação sofram com o parcelamento de salários, enquanto o governo federal bloqueia os recursos que remete para os banqueiros.

Aqui em Porto Alegre o Governo Fortunatti/Mello continua de mal a pior, o descaso com a cidade o desmonte de secretarias de infraestrutura importantes para a cidade continua em processo acelerado: A iluminação pública, o recolhimento dos resíduos, o Esgoto Pluvial, o Meio Ambiente, Obras e Viação, entre outros, continuam em franca entrega a iniciativa privada, sem com isso trazer resultados na qualidade de serviços à população, muitas vezes os servidores de carreira tem que consertar serviços mal elaborados por terceirizadas.

O Famoso superávit tão alardeado pela administração municipal, já não mais existe e obras que eram para ser entregues antes da Copa de 2014, sequer foram iniciadas e outras se arrastam e talvez não sejam entregues até a próxima Copa.

O transporte público continua cada vez pior. A licitação que foi efetuada poderia ser a solução, para um transporte mais acessível economicamente e de melhores condições para os usuários, parece que de concreto e amplamente anunciado, somente os dois reajustes para o ano de 2016 e as novas cores dos mesmos coletivos.

Em muitos locais de trabalho estão presente o assédio moral e a falta de condições para exercício do trabalho.

O Plano de carreiras, tão prometido encontra se trancado a sete chaves num processo que se arrasta lentamente.

A diferenciação de tratamento e remuneração diferenciada, cada vez mais se agrava entre os servidores dos diversos setores.

Enfim, nada muda.

## II – DA AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO

Para avaliação do movimento sindical do último período, desdobraremos nossa visão em temas asaber:

- CONJUNTURA SINDICAL E AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

O grande levante de junho de 2013, com base fundamental da juventude é o que baliza nossas referências. Desta mobilização multitudinária se extrai conclusões fundamentais, pois as direções tradicionais já não são as principais referências para os trabalhadores e o movimento em geral. Por isso ganham força neste período o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, encabeçando a luta pela moradia. Também, neste período a CUT se obriga a ter conflitos com a política do governo, inclusive chamando um dia de luta nacional. Neste processo ganha corpo a CSP-CONLUTAS, da qual fazemos parte, pois é a central independente do governo e que impulsiona sistematicamente as lutas. Por isso, será importante que o Congresso dos Municipários aponte no sentido da filiação, na medida em que é fundamental estarmos junto numa central para unificarmos nossas lutas e ampliarmos nossas possibilidades de conquistas.

Mesmo, quando o movimento sindical tem sofrido um processo crescente de repressão dos patrões e governos, São Paulo, Paraná, etc, as vitórias conquistadas tem se dado com muita luta e persistência. No entanto, os governos cada vez mais aplicam arrochos e a retiradas de direitos tem sido uma constante em todos os âmbitos governamentais. Por isso a classe trabalhadora continuará reagindo, com manifestações, paralisações e greve. Devemos estar preparados para apoiar e unificar nossas lutas.

- ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

A categoria municipal tem apresentado um processo de organização importante, realizando plenárias regionais, entretanto a estrutura e representação tradicional, o CORES não tem tido a participação de outrora, quando chegou a ser a instância mais atuante de nossa organização sindical. Muitas secretarias não possuem sequer representação. Um desafio para todos é uma construção de um processo de revitalização e recuperação dessa importante instância.

- MOBILIZAÇÃO/PARTICIPAÇÃO

Nos últimos anos o movimento municipal tem apresentado uma característica, que vem se consolidando cada vez mais, que é uma maciça participação nos movimentos dos servidores da SMED, representando em algumas ocasiões números próximos dos

70% do conjunto dos participantes grevistas. Na greve de 2015, estes números ficaram também mais elásticos. Além da SMED, tivemos uma participação importante da SMC e da FASC e por uma questão contingencial da SMF, SMA. E, de resto, se diluiu a participação das demais secretarias e departamentos. Setores altamente participativos, como o DEMHAB, DMLU e DMAE, apresentaram uma queda significativa nesta última greve. As demais repartições com poucas exceções estão mantendo baixa participação. A Saúde, por diversas razões, contou também com uma pequena participação do conjunto dos servidores, se destacando, no entanto por um acréscimo significativo na mobilização da Emergência do HPS que funcionou durante toda a greve com apenas 30% de sua escala e onde pela primeira vez, os grevistas não registraram o ponto eletrônico. Ao contrário de greves anteriores, onde os servidores dessa mesma Emergência faziam mobilização na porta do hospital se revezando, mas todos com o ponto batido.

- O EFEITO CASCATA

O Efeito cascata, que estava sendo uma espada sobre a cabeça dos município desde 2010, em 2014 voltou ao cenário. Em 2015 a Administração espertamente utilizou como elemento importante na data base, oferecendo num primeiro momento a correção até 2015 e não garantindo a correção futura de nossas carreiras. Isto poderia acarretar perdas superiores a 30% ao final de carreira. Em razão disto os esforços de todos estavam voltados para a luta do “NENHUM CENTAVO A MENOS” e a pauta restante da data base, acabou num segundo plano.

- DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Além desta conjuntura, o movimento sindical vivenciou um momento diferenciado dos anos anteriores. A direção sindical teve uma oposição pela esquerda com bastante participação.

Uma decisão importante, a nosso ver, foi o estabelecimento de um Comando de Greve aberto, onde as discussões foram travadas democraticamente. Neste Comando, defendido, desde o início, por nossa corrente, foram travados importantes debates, que contribuíram de forma concreta para o sucesso final de nossa greve.

O estabelecimento de um processo democrático, no interior desse comando, foi decisivo para os rumos do movimento, pois a certa altura onde o processo se aproximava da radicalidade, com dúvidas de setores, inclusive da Diretoria, os debates e as decisões ali tomadas, foram importantíssimas para o sucesso de nosso movimento grevista e a conquista, de uma vez por todas, do efeito cascata favorável, passou certamente por ali.

Como sempre, as decisões finais, sempre foram debatidas amplamente nas Assembleias.

A participação da categoria nos atos, caminhadas, apitaços e trancamentos, foi muito forte e muito maciça, embora como esta registrada antes, estava concentrada em poucas secretarias.

Num primeiro momento Fortunatti/Mello estavam irredutíveis e desejavam aplicar um confisco nos salários dos município, através do Efeito Cascata, mas ao final tiveram que ceder, em razão da força de nosso movimento e a categoria saiu vitoriosa, embora não tenha conquistado o reajuste integral.

Nosso grupo PODEMOS MAIS MUNICÍPIOS participou intensamente dos debates e enfrentamentos, notadamente no Comando de greve e nas Assembleias, quando defendia a luta sempre, mas garantindo ações e espaços para negociação, pois entendíamos que o Efeito Cascata resolvido, seria uma grande vitória para a categoria.

**ASSINAM ESSA TESE:**

Mário Fernando (CORES-DEMHAB)

Cristiane Silveira (CORES-DEMHAB)

June Bittencourt (DEMHAB)

Estevan Ferreira (DEMHAB)

Luiz Carlos Dutra (Diretoria ASED)

Milton Prado (CSST - DEMHAB)

João Ezequiel (CORES-SMS)

Everaldo Nunes (Presidente da ASHPS e CORES-SMS)

Marne Antunes (PACS-SMS)

Tiago Loeblein (CGVS-SMS)

Jeferson Fraga da Silva (CGVS-SMS)

Emilio Carlos Santos (CGVS-SMS)

Roberto Silva da Silva (CGVS-SMS)

Nelsy Kologeski (CGVS-SMS)

Gilberto Cita (DEP)

Isaias Mewius (BANDA MUNICIPAL)

Alexandre da Rosa Silva (BANDA MUNICIPAL)

Bernardo Jean Marie Varriale (BANDA MUNICIPAL)

Edivaldo Oliveira de Souza (BANDA MUNICIPAL)

Elimar Garcia Blazina (BANDA MUNICIPAL)

Flávio Rodrigues da Costa (BANDA MUNICIPAL)

Juarez Ferreira (BANDA MUNICIPAL)

Leonardo Augusto Arend (BANDA MUNICIPAL)

Luis Carlos Santos de Carvalho (BANDA MUNICIPAL)

Luiz Carlos Cunha Pra Baldi (BANDA MUNICIPAL)

Marcos José da Rosa Mallmann (BANDA MUNICIPAL)

Ricardo Chagas Freitas (BANDA MUNICIPAL)

Tito Cunha Paraguassu Neto (BANDA MUNICIPAL)

Paulo Muzell (CÂMARA MUNICIPAL)

Odil Ferreira (HPS-SMS)

Jorge Correa (HPS-SMS)  
Paulo Ricardo Oliveira (HPS-SMS)  
Nair Akemi Azumaro (HPS-SMS)  
Leandro Moraes Soares (HPS-SMS)  
Lisandra Dilli (HPS-SMS)  
Isabel Santanna (HPS-SMS)  
Iara Livramento (HPV-SMS)  
Michele Ávila (HPV-SMS)  
Tieres Bastos Mello (HPV-SMS)  
Eliane Maria Ludvig Gazzana (HPV-SMS)  
Magda Freitas Pereira (HPV-SMS)  
Noeli Fajardo (SMS - MODELO)  
Daisson Camargo (SMS - CGVS)  
Paulo Jardim (SMS - CGVS)  
Antonio Villas Boas (SMS - CGVS)  
Eduardo Baratz (SMS - CGVS)  
Luiz Jorge Machado (APOSENTADO)  
Felipe Petruzzellis (SMS - CGVS)  
Alexandre Campanhoni (SMS - CGVS)  
João Luis Rutkoski (SMS - CGVS)  
Ana Helena Cunha (SMS - CGVS)  
Adalberto Da Rosa (SMS - CGVS)  
Andre Franzoni (SMS - CGVS)  
Clarissa Schild (SMS - CGVS)  
Paula Marques Rivas (SMS - CGVS)  
Paulo Casa Nova (SMS - CGVS)  
Roxana Nishimura (SMS - CGVS)  
Alexsander Fraga (SMED)  
Michelangelo Petruzzellis (DEP)  
Maria Regina Fraga (SMED)

#### Anexo - PLANO DE LUTAS PARA DISCUSSÃO:

- Reconhecimento e recuperação de perdas salariais históricas de 9,44%.
- Reajuste do vale alimentação em valores condizentes e uma luta concreta para extensão aos aposentados(as);
- Publicação e pagamento imediato da progressão funcional biênio 2010/2012;
- Implantação de um plano de carreira com isonomia salarial, que não retire direitos e garanta ascensão funcional para toda a categoria;
- Concessão de gratificação aos departamentos, secretarias e fundação que ainda não tenham sido contemplados (FASC, DMLU, DMHAB, Governança, SMOV, SMAM, SMURB, SMIC, SME, SMDH, SMC, DEP, SEDA, Comunicação, monitoras e funcionários de escola, aposentados e celetistas), de modo a estabelecer a isonomia salarial, tanto do que se refere ao valor, quanto no que se refere ao tempo para incorporação para fins de aposentadoria;

Criação de legislação municipal que regulamente o grau máximo de insalubridade aos trabalhadores(as) da Saúde e seu pagamento imediato;

- Extensão das vantagens estatutárias aos celetistas;  
Retorno da administração paritária no PREVIMPA;
- Implementação de políticas permanentes de enfrentamento ao assédio moral, conforme a Lei nº 735, de 30/01/2014.
- Formação permanente e em serviço para gestores(as) e trabalhadores(as) de todas as secretarias, autarquias, departamentos e fundação sobre: relações de gênero, raça/etnia, diversidade sexual e assédio moral;
- Implementação de políticas de combate ao machismo, racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;
- Garantia de espaços de discussão e capacitação continuada com os(as) trabalhadores(as) municipais visando combater o assédio moral, violência e opressão das mulheres;
- Políticas de combate ao assédio moral na PMPA e garantia da gestão democrática na SMED.
- Recomposição salarial que garanta intervalos remuneratórios entre padrões e letras;
- Retorno da progressão funcional de 50% dos servidores habilitados em cada cargo e letra;
- Alterar o percentual de 5% para 10% entre as letras da progressão para toda categoria;
- Envio de projeto de lei imediatamente que contemple a letra F aos aposentados;
- Retorno imediato das 30h para todos os trabalhadores da Saúde, sem redução salarial;